

## **ENCERRAR HOSPITAIS PARA SERVIR A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA**

Estamos perante um processo que é paradigmático das opções de gestão que têm marcado a atuação do executivo municipal de maioria PS. Ele é paradigmático também dos riscos que pesam sobre Lisboa, caso este modelo de gestão se perpetue para além de Setembro próximo.

### **ADIAMENTO DA DISCUSSÃO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA ANTÓNIO COSTA**

O atabalhoado adiamento da discussão não pode ser explicado senão pelo facto do Presidente e Candidato a Presidente, António Costa, não querer assumir uma posição clara antes das eleições, certo que está de que essa posição lhe pode claramente ser prejudicial no resultado eleitoral.

A formulação de 4 pedidos de informação prévia de loteamento para as 4 áreas hospitalares na zona central da cidade – Colina de Santana (Hospitais de São José, Capuchos, Santa Marta e Miguel Bombarda), o que pretende, resumidamente, é mudar a face desta área central da cidade, acabando com mais serviços públicos, varrendo mais 3 importantes unidades de saúde do mapa da cidade – sem que nenhuma alternativa esteja ainda concretizada (ou sequer existam indícios disso), enfraquecendo ainda mais o direito à saúde da população, em especial da mais idosa, acabando com mais emprego em Lisboa (emprego qualificado), destruindo património classificado da cidade e o maior e mais importante património integrado da medicina e saúde do país. Tudo isto, para entregar mais esta zona da cidade à especulação imobiliária, para ali vermos nascer mais alguns condomínios ou hotéis de luxo.

Com esta operação, são 14 hectares de meios actualmente afectos ao Serviço Nacional de Saúde que são varridos do mapa da cidade (e mesmo da região de Lisboa) – o que se repercutirá inevitavelmente na qualidade da prestação de cuidados de saúde no futuro próximo, tendo em conta a carência anunciada de recursos financeiros de investimento para a compensação dos serviços afetados ou de resposta a problemas emergentes no sector, que requerem novas tipologias, como unidades de cuidados continuados progressivamente mais necessárias para atender ao envelhecimento da população na cidade.

Este é um processo com a assinatura do PS, desde o seu início. Primeiro, no governo Sócrates, com a alienação de equipamentos públicos de saúde para a esfera privada dos negócios imobiliários – vocação conferida à ESTAMO, que os adquiriu (ajudando a martelar as contas do orçamento de Estado de 2009).

Agora, ficam bem visíveis as consequências da revisão do PDM aprovada conjuntamente por PS e PSD, e ganham redobrado sentido as apreensões e os alertas lançados pela CDU e que justificaram o seu voto contra esta versão revista do PDM

Esta operação imobiliária só é possível com esta versão revista PDM. Só é possível à conta da desclassificação das áreas envolvidas como áreas aptas à localização de equipamentos. Só é possível, graças à desconsideração da necessidade de planeamento urbanístico e graças à fuga a figuras como os planos de urbanização e os planos de pormenor – formas de gestão urbanística transparentes e abertas à participação pública.

Neste caso, como já se disse, paradigmático da gestão PS em Lisboa, cruzam-se vários traços dessa gestão:

- ⤴ A entrega dos destinos da cidade nas mãos da especulação imobiliária
- ⤴ O desprezo por formas de planeamento que sejam expressão democrática do sentir das populações, das suas necessidades e que assegurem a sua plena participação nos processos de decisão;
- ⤴ O desprezo pelos serviços públicos na cidade e, particularmente, pelos serviços de saúde
- ⤴ A desconsideração pela evolução das necessidades da população (em especial da população mais idosa, com um peso crescente, o que reclama outra atenção aos cuidados de saúde, desenvolvendo cuidados continuados, o que pressupõe equipamentos próprios)
- ⤴ A desvalorização das actividades que criam emprego na cidade, em especial emprego qualificado, ajudando a destruir emprego em vez de o criar (veja-se o polo de investigação da UNL, recentemente inaugurado, e as enormes potencialidades que encerra)
- ⤴ A desvalorização da memória histórica da cidade e o ataque ao seu património histórico-cultural
- ⤴ A exclusão das camadas populares de zonas históricas e centrais da cidade e a sua elitização crescente.

Este é um caminho que exige uma ruptura urgente. António Costa não quis e não quer discutir este assunto antes das eleições. Mas pede aos lisboetas um “mandato reforçado” nas próximas eleições, certamente para concretizar o que agora não teve condições para fazer. A CDU corporiza a mudança necessária e a garantia mais certa de inversão deste caminho, de efectiva defesa dos interesses da população da cidade e do seu desenvolvimento!

Lisboa, 18 de Julho de 2013  
*João Ferreira*